

À COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
CONSELHEIRO LAFAIETE, ESTADO DE MINAS GERAIS.

Processo Licitatório nº 024/2021

Tomada de Preços nº 002/2021

DL2 ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 30.480.108/0001-90, endereço eletrônico dl2engenharia255@gmail.com, com sede na Rua Vereadora Agostinho Peixoto Maciel, nº 173, Bairro Centro, Município de Piranga, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.480-000, neste ato representado por **DANILO ARAÚJO GONÇALVES MACIEL**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº MG-15200907, expedida por SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 070.231.556-78, e-mail: daniloengcivil@gmail.com, residente e domiciliado na Rua Agostinho Peixoto Maciel, 09, Centro, Município de Piranga, Estado de Minas Gerais, CEP: 36.480-000, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 109, I, alínea "a", da Lei 8.666/1993, interpor

RECURSO ADMINISTRATIVO

A empresa **DL2 Engenharia e Construção Ltda**, CNPJ: 30.480.108/0001-90, Rua Vereador Agostinho Peixoto Maciel, 09, Centro, Piranga- MG, CEP: 36480-000, pelo seu representante legal Danilo Araújo Gonçalves Maciel, CPF nº 070.231.556-78, RG: MG 15.200.907, SSP/MG, vêm, respeitosamente, com fundamento no **Artigo 41, § 2º da Lei**

DL2 Engenharia e Construção Ltda
CNPJ: 30.480.108/0001-90

Rua Vereador Agostinho Peixoto Maciel, 09, Centro, Piranga- MG, CEP: 36480-000

Recebido em
04/05/2021 às
12:30h f.j.

nº 8.666/1993 referente ao Processo Licitatório nº 024/2021, Tomada de Preço – Edital Nº 002/2021, interpor **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**, pelas razões de fato e direito abaixo aduzidas:

A presente impugnação pretende afastar do presente procedimento licitatório, exigências feitas em extrapolação ao disposto no estatuto que disciplina o instituto das licitações, com intuito inclusive, de evitar que ocorra restrição desnecessária do universo de possíveis e capacitados competidores, obstando a BUSCA DA CONTRATAÇÃO MAIS VANTAJOSA.

Regras editalícias que impõem ônus demasiado para o perfazimento das condições de habilitação técnicas ferem o princípio da isonomia e o caráter competitivo do certame. Assim, imposições desnecessárias podem objeto de impugnação, administrativa ou judicialmente. Todos pressupostos ou condições que impliquem restrição ao caráter competitivo do procedimento licitatório devem ser rechaçados, por violação direta ao art. 3º da Lei nº 8.666/93.

Sendo assim, o Impugnante, no exercício do legítimo interesse público vem por meio desta oferecer a presente impugnação ao passo que no presente certame traz consigo cláusulas que comprometem a disputa. A administração fica inviabilizada de analisar uma oferta extremamente vantajosa, impossibilitando até mesmo que empresas mais capacitadas para esta contratação possa ser selecionada.

I - DO CABIMENTO, DA TEMPESTIVIDADE E DA LEGITIMIDADE.

Trata-se de impugnação ao Processo Licitatório nº 024/2021, Tomada de Preço – Edital Nº 002/2021 no item 7.3.4, b:

7.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:

b) Comprovação de possuir índice de Endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

III - DOS FUNDAMENTOS

A Comissão Permanente de Licitação entendeu pela necessidade de exigência no item 7.3.4, alínea “b”, do instrumento convocatório, atinente à qualificação econômico-financeira. Eis, por oportuno, o teor do referido dispositivo editalício.

7.3.4. Qualificação Econômico-Financeira:

7.3.4.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, nos termos do artigo 31, inciso I da Lei nº. 8.666/93.

OBS.: Será considerado o capital atualizado, pela UNIDADE FISCAL DE REFERÊNCIA – UFIR, até o primeiro dia útil de cada mês, acumulada desde o mês de registro da sua alteração na Junta Comercial, considerado o mês da primeira publicação do aviso do capital social sempre que o valor nominal constante do contrato social não estiver grafado em real.

a) Comprovação de possuir índice de Liquidez igual ou superior a 1,0 (um vírgula zero), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

$$IL = AC/PC \quad \text{ou} \quad IL = AR/ECP,$$

Onde:

IL: Índice de Liquidez;
AC: Ativo Circulante;

PC: Passivo Circulante;

AR: Ativo Realizável;
ECP: Exigível a Curto Prazo;

b) Comprovação de possuir índice de Endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta), conforme dados retirados do Balanço Patrimonial, segundo a fórmula abaixo:

$$IE = (PC + E.L.P) / AT$$

Onde:

IE: Índice de Endividamento;
PC: Passivo Circulante;
AT: Ativo Total;

ELP: Exigível a Longo Prazo;

Nessa linha de intelecção, extrai-se do art. 37, XXI, da Constituição Federal
que:

Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.** (grifo nosso).

Além disso, podemos verificar que o art. 3º, §1º, I, da Lei 8666/93, dispõe
que:

Art. 3º (...)

§1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (Grifo nosso).

Na mesma toada, estabelece o art. 31, §5º, também da Lei nº 8.666/93, que:

Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

(...)

§ 5º A comprovação de boa situação financeira da empresa será feita de forma objetiva, **através do cálculo de índices contábeis previstos no edital e devidamente justificados no processo administrativo da licitação que tenha dado início ao certame licitatório, vedada a exigência de índices e valores não usualmente**

adotados para correta avaliação de situação financeira suficiente ao cumprimento das obrigações decorrentes da licitação. (Grifo nosso.)

Nesse contexto, vislumbra-se, com base no ordenamento jurídico, que qualquer cláusula que favoreça, limite, exclua, prejudique ou, ainda, de qualquer modo fira a impessoalidade exigida do gestor público poderá recair sobre a questão da restrição de competição.

A Administração Pública para legitimar a exigência de índices deverá justificar nos autos que instrui o procedimento licitatório, a razão e fundamento para utilização dos índices, usando apenas aqueles compatíveis com o segmento dos licitantes.

Os índices são, conforme sabido, aqueles que reproduzem a saúde financeira de um segmento do mercado, sendo, todavia, vedado ao gestor público estabelecer índices acima do mínimo necessário, isto é, excessivos.

No caso sob exame, não há, entretanto, justificativa para exigência de qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de índice de endividamento igual ou inferior a 0,80 (zero vírgula oitenta), ainda mais porque não há demonstração alguma de sua compatibilidade ou inafastável necessidade com a complexidade do objeto licitado.

Para além disso, conforme estabelecido no art. 31 da Lei 8.666/93, a comprovação da capacitação econômico-financeira poderá ser apurada por outras formas válidas de avaliação.

À guisa de ilustração, podemos citar: a) Balanço patrimonial (art. 31, I); b) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial (art. 31, II); c) Garantia de proposta (art. 31, III); d) Capital Social (art. 31, § 2º); e) Patrimônio Líquido (art. 31, § 2º); f) Relação de compromissos assumidos pelo licitante (art. 31, § 4º).

Nesse diapasão, mister ressaltar, desde já, que a recorrente logrou demonstrar todos os requisitos de que possui hígida saúde financeira para suportar os

encargos do objeto licitado, sendo, inclusive, chancelado pela própria Comissão Permanente de Licitação, quando do julgamento dos documentos de habilitação.

Desse modo, tem-se que a avaliação da capacidade de cumprimento das obrigações não pode restringir-se tão somente à análise de índices.

De mais a mais, o Índice de Endividamento demonstrado pela recorrente, qual seja, 1,0 (um vírgula zero), se encontra em fina sintonia com os parâmetros aceitos e exortados pela jurisprudência do TCU. Eis, a propósito, elucidativo excerto:

150. Acrescenta-se à análise dos índices contábeis o fato da Engevix, em vez de privilegiar a escuridão e célere instrução processual, delimitando sua abordagem aos comentários da unidade técnica, prefere ficar reiteradamente reproduzindo teses já invalidadas pela SeinfraOperações em análises pretéritas. Decorrencia disso é a ausência de manifestação sobre os já distantes e não menos sólidos argumentos da representação (peça 82 – item V.3.1.1) adiante transcritos. Com isso, tenta-se tacitamente promover um afunilamento da análise prejudicial ao mérito.

‘Como exemplo inicial tem-se o item 9.1.2.5 do Acórdão 2.282/2011-TCU-Plenário, por meio do qual esta Corte de Contas determinou ao DNOCS que não mais fixasse grau de endividamento máximo para fins de qualificação econômico-financeira, em virtude de ‘afronta ao art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, ao art. 31, § 5o, da Lei no 8.666, de 1993, e à reiterada jurisprudência deste Tribunal.

O poder judiciário também tem tido o entendimento de que a exigência de ET diferente de 1,00 é restritiva. Como exemplo, tem-se decisão do Desembargador Mariano Afonso Robeiro Travassos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, que, ao acolher impugnação promovida pelo Sinduscon/MT em novembro/2009, contra edital 02/2009 para contratação de empresa de engenharia para complexo de prédios naquele Estado, fixou os Índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral superiores a 1,50, bem como Índice de Endividamento Total igual ou menor que 1,00. Para tanto, apresentou argumentos com base em estudos contábeis realizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), os quais consideraram restritivos índices econômico-financeiros que destoassem de 1.’

151. Os trechos acima são claros em comprovar a reprovabilidade em se descartar uma licitante com o

menor preço por meio do uso de um índice de endividamento total de no máximo 0,8, quando há aresto deste Tribunal determinando para não fixar qualquer limite e decisão judicial assinalando pela aceitabilidade de um endividamento maior, de pelo menos o valor unitário. (Acórdão nº 1348/2017 – Relator: Min. Bruno Dantas). **Grifo nosso.**

No mais, não se pode olvidar que o princípio da proporcionalidade visa a adequação entre meios e fins, vedando, em contrapartida, a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.

Com base nessas considerações, tem-se que a decisão dos membros da Comissão Permanente de Licitação em retificar o edital os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como não se alinha com os ditames legais e jurisprudenciais atinentes à espécie, razão pela qual deve ser retificado.

IV - DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, a empresa recorrente requer a retificação do edital alterando ou excluindo o item 7.3.4, “b”

Por fim, na hipótese, ainda que remota, de não serem acolhidos os pedidos supramencionados, informa a recorrente que tal decisão, com a devida vênia, certamente não prosperará perante os órgãos de fiscalização ou mesmo perante o Poder Judiciário, pela via mandamental.

Termos em que, pede deferimento.

Piranga/MG, 20 de abril de 2021.

DANILO ARAUJO
GONCALVES
MACIEL:07023155678
DL2 Engenharia e Construção Ltda
Danilo Araújo Gonçalves Maciel
CPF: 070.231.556-78

Assinado de forma digital por
DANILO ARAUJO GONCALVES
MACIEL:07023155678
Dados: 2021.04.20 12:07:50 -03'00'

RELATÓRIO 1

Versão do software : 2.6.2
Nome : Verificador de Conformidade
Arquivo Fonte : RECURSO ADMINISTRATIVO - DL2 Engenharia e
Construção Ltda.pdf
Data de verificação : 04/05/2021 12:32:13 BRT
Fonte da data : Offline

ASSINATURAS

Assinante

Assinante : CN=DANILO ARAUJO GONCALVES MACIEL:07023155678,
OU=Autenticado por AR GENESIS CERTIFICADO DIGITAL, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Status da assinatura : Aprovado

Caminho de certificação : Aprovado

Estrutura : De acordo.

Cifra assimétrica : Aprovada.

Resumo criptográfico : Correto.

Atributos obrigatórios : Aprovados.

Certificados utilizados

Certificado

Buscado : Offline

Assinatura : Aprovada

Entidade : CN=DANILO ARAUJO GONCALVES MACIEL:07023155678,
OU=Autenticado por AR GENESIS CERTIFICADO DIGITAL, OU=(EM
BRANCO), OU=RFB e-CPF A3, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Emissor : CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão : 16/05/2018 17:47:16 BRT

Aprovado até : 15/05/2021 17:47:16 BRT

Certificado

Buscado : Offline

Assinatura : Aprovada

Entidade : CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do
Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR

Emissor : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade
Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR

Data de emissão : 08/12/2016 14:44:03 BRT

Aprovado até : 20/02/2029 14:44:03 BRT

LCR

Emissor : CN=AC Certisign RFB G5, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 04/05/2021 12:16:08 BRT
Próxima atualização : 04/05/2021 13:16:08 BRT

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Data de emissão : 20/07/2016 10:32:04 BRT
Aprovado até : 02/03/2029 09:00:04 BRT

LCR

Emissor : CN=AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 29/03/2021 11:05:54 BRT
Próxima atualização : 27/06/2021 11:05:54 BRT

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Data de emissão : 02/03/2016 10:01:38 BRT
Aprovado até : 02/03/2029 20:59:38 BRT

LCR

Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=ICP-Brasil, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 10/03/2021 16:26:49 BRT
Próxima atualização : 08/06/2021 16:26:49 BRT

Atributos Obrigatórios

Nome do atributo : IdContentType
Corretude : Aprovado
Nome do atributo : IdMessageDigest
Corretude : Aprovado

Atributos Opcionais

Nome do atributo : RevocationInfoArchival
Resultado da verificação : Não verificado